



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA
CONTRATAÇÃO DE POSTO DE TRABALHO COM
FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA DEDICADA
PARA SERVIÇOS CONTINUADOS DE
COPEIRAGEM**

Com base na Lei nº 14.133/21 e regulamentos estaduais vigentes



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO
 - 2.1. Contratações Anteriores
 - 2.2. Previsão no Plano de Contratações Anual - PCA
3. SETOR DEMANDANTE
4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO
 - 4.1. Da Análise do Cenário Externo
 - 4.2. Levantamento de Mercado
 - 4.2.1. Modelo de Contratação
 - 4.2.2. Análise de Segmento de Mercado
 - 4.2.3. Descrição da Solução
 - 4.2.4. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes
 - 4.2.5. Parcelamento do Objeto
 - 4.2.6. Avaliação comparativa (Benchmarking)
5. ESTIMATIVA DE PREÇOS
6. INSTITUCIONAL E LEGAL
7. AUDIÊNCIA PÚBLICA
8. CONSULTA AO MERCADO
 - 8.1. Análise da possibilidade de licitação exclusiva e de cota reserva para micro e pequenas empresas
9. DESENHO DA SOLUÇÃO
 - 9.1. Descrição da Solução
 - 9.2. Identificação dos Itens, Quantidades e Unidades (Tabela 2)
 - 9.3. Informações Complementares
 - 9.4. Definição da Natureza do Objeto
 - 9.5. Processamento do Procedimento
 - 9.6. Instrumentalização do Procedimento - Adoção do Sistema de Registro de Preços
 - 9.7. Critério de Julgamento
 - 9.8. Regime de Contratação
 - 9.9. Forma de Execução
 - 9.10. Habilitação
 - 9.10.1. Qualificação Técnica
 - 9.10.2. Habilitação Jurídica
 - 9.10.3. Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista
 - 9.10.4. Qualificação Econômico Financeira
10. DOS FORNECIMENTOS ACESSÓRIOS
11. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS
 - 11.1. Duração do Contrato
 - 11.2. Reajustamento de Preços
 - 11.2.1. Reajustamento em sentido estrito
 - 11.2.2. Reajustamento por repactuação
 - 11.3. Garantia



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

12. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS E TRANSIÇÃO CONTRATUAL
13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE
14. DA SUBCONTRATAÇÃO
15. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO
16. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA
17. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE
18. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE - DEMAIS CONSIDERAÇÕES
 - 18.1. Contratações Interdependentes
 - 18.2. Capacitação de Pessoal
 - 18.3. Servidores que Participarão da Fiscalização do Contrato a ser Celebrado
19. CLASSIFICAÇÃO DA INFORMAÇÃO QUANTO AO GRAU E PRAZOS DE SIGILO
20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
21. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO
22. RESPONSÁVEIS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Objeto: CONTRATAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA DEDICADA PARA SERVIÇOS CONTINUADOS DE COPEIRAGEM.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Processo Administrativo: SEI-260002/003761/2025



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

1. INTRODUÇÃO

A Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) busca a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão para a formação de profissionais competentes, inseridos na realidade brasileira e, principalmente, na realidade regional. Para cumprir esta missão pretende: I - Criar e disseminar o conhecimento científico, tecnológico, cultural e artístico em todos os campos do saber; II - Formar profissionais capazes de inovar e buscar soluções aos desafios da sociedade contemporânea com vistas ao exercício pleno da cidadania” (PDI-UENF, 2023).

Os *campi* UENF incluem, além do *Campus* Leonel Brizola, a Casa de Cultura Villa Maria, o Núcleo de Pesquisa em Zootecnia e Produção Vegetal na Escola Estadual Agrícola Antônio Sarlo, a Unidade de Apoio à Pesquisa na Estação Experimental da PESAGRO, todos em Campos dos Goytacazes/RJ, a Área Experimental em Itaocara/RJ e o *Campus* Professor Carlos Alberto Dias em Macaé/RJ.

Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda enumerada no Documento de Oficialização da Demanda, constante do **Processo Administrativo: SEI-260002/003761/2025**, de forma a apresentar a melhor solução, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação, em consonância com a Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações vigentes.

O objeto deste estudo é a contratação de posto de trabalho com fornecimento de mão-de-obra dedicada para serviços continuados de copeiragem em ambiente administrativo, com seus respectivos benefícios e insumos, tais como: equipamentos, materiais, produtos, EPI's e uniformes, visando atender às demandas estimadas da UENF, conforme demonstrado ao longo deste ETP.

Será verificada neste ETP a viabilidade da utilização do instrumento de Licitação na modalidade Pregão, nos termos do art. 6º, inciso XLI e do art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, dos Decretos Estaduais nº 48.778/2023 e 48.816/2023.

2. NECESSIDADE DE CONTRATAÇÃO

(I, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

A UENF, por meio deste Estudo Técnico Preliminar, visa à contratação de serviços continuados de copeiragem (CBO 5134-25), incluindo limpeza, asseio e conservação das áreas de copa e cozinha, destinados à sede da Reitoria da universidade, Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias (CCTA), Centro de Ciência e Tecnologia (CCT), Centro de Biociências e Biotecnologia (CBB), Centro de Ciências do Homem (CCH), Pró-reitorias, Casa de Cultura Villa Maria (CCVM), localizados em Campos dos Goytacazes-RJ e à sede da UENF em Macaé-RJ.

O serviço é considerado de baixa complexidade, porém é importante para o funcionamento adequado das atividades administrativas dos setores envolvidos. O profissional



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

contratado será responsável por produzir alimentos do tipo café, chá, entre outros, e manter a limpeza e a conservação das instalações de copa e cozinha dos locais abrangidos pelo contrato, garantindo um ambiente de alimentação e descanso adequado para o trabalho dos servidores.

A contratação de copeiros(as), conforme a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) 5134-25, é essencial para assegurar o bom funcionamento das atividades administrativas e operacionais da UENF.

A terceirização de mão de obra é uma técnica de gestão e uma alternativa já incorporada nas instituições em geral e que faz parte das estratégias da UENF com relação às atividades-meio. Têm como principais razões a não existência de um quadro de servidores com qualificação técnica específica para trabalhar com serviços de copeiragem e permite a otimização de todos os processos envolvidos e a melhoria na eficiência, evitando distrações dos servidores e economicidade da prestação de serviços, através do emprego de mão de obra qualificada sem vínculo previdenciário.

Abaixo, destacam-se os principais motivos que justificam a necessidade desta contratação:

a) Apoio às Atividades Administrativas e Operacionais:

- Preparação e a distribuição de café, chá e outros lanches diariamente, garantindo o bem-estar e a comodidade dos colaboradores, servidores, alunos e visitantes.

- A presença de um(a) copeiro(a) permite que os servidores e funcionários se concentrem em suas tarefas principais, aumentando a produtividade e a eficiência das operações administrativas.

b) Manutenção da Limpeza e Organização, da seguinte forma:

- Responsabilidade pela manutenção da limpeza e da organização das áreas de copa e cozinha, o que contribui para um ambiente de trabalho saudável e agradável.

- Higienização adequada dos utensílios e das áreas de preparo e consumo de alimentos, prevenindo contaminações e garantindo a segurança alimentar de todos.

c) Recepção e Atendimento a Visitas:

- Em eventos, reuniões e visitas oficiais, a(o) copeiro(a) atua na recepção e no atendimento, oferecendo um serviço de qualidade que reflete positivamente a imagem institucional da UENF.

- A apresentação de um ambiente limpo e bem organizado, bem como a oferta de bebidas e lanches, proporciona uma experiência agradável e acolhedora para os visitantes.

d) Conformidade com Normas de Segurança e Higiene:

- O(A) copeiro(a) é treinado(a) para seguir rigorosamente as normas de segurança e higiene no manuseio e preparo de alimentos, garantindo a conformidade com as regulamentações vigentes.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- A contratação de um(a) profissional qualificado(a) assegura que todas as práticas de segurança alimentar sejam seguidas, minimizando riscos à saúde.

e) Eficiência e Economia:

- Ter um(a) copeiro(a) dedicado(a) evita a dispersão de tarefas entre outros funcionários, otimizando o tempo e os recursos humanos da instituição.

- A profissionalização do serviço de copa pode resultar em economia a longo prazo, evitando desperdícios e assegurando o uso adequado dos insumos e materiais.

Portanto, a contratação de copeiros(as) não só é uma medida estratégica para a melhoria dos serviços internos da UENF, mas também um investimento na qualidade do ambiente de trabalho e na imagem institucional da universidade.

2.1. Contratações Anteriores

(II e IV, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

Não houve contratações anteriores deste objeto pela UENF.

2.2. Previsão no Plano de Contratações Anual - PCA

(III, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

A presente contratação consta no Plano de Contratações Anual/RJ 2025, publicado no Portal Nacional de Contratações Públicas, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 48.760/2023.

ID PCA no PNCP: 42498600000171-0-000030/2025

Data de publicação no PNCP: 01/08/2024

ID do item no PCA: 4874

3. SETOR DEMANDANTE

Prefeitura da UENF.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Análise do Cenário Externo

AMEAÇAS



Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Instabilidade Econômica

- Inflação elevada pode aumentar os custos de serviços terceirizados.
- Crises econômicas podem levar fornecedores a reduzir a qualidade para manter margens de lucro.

Mudanças na Legislação Trabalhista

- Alterações em leis trabalhistas podem gerar aumento de encargos e custos para a empresa contratante.
- Maior fiscalização pode exigir ajustes nos contratos e na gestão dos terceirizados.

Escassez de Mão de Obra Qualificada

- Falta de profissionais qualificados pode comprometer a qualidade do serviço.
- Alta rotatividade na função pode impactar a continuidade e eficiência do trabalho.

Fatores Ambientais e Sanitários

- Pandemias e surtos de doenças podem restringir a disponibilidade de mão de obra.
- Necessidade de adequação a normas sanitárias mais rígidas pode gerar custos adicionais.

Concorrência e Pressão por Preços

- Empresas podem buscar preços muito baixos, resultando em fornecedores que comprometem a qualidade do serviço.
- Concorrência predatória pode levar à redução de benefícios para os trabalhadores, impactando a motivação e o desempenho.

Riscos de Segurança e Confiabilidade

- Possibilidade de fraudes ou má conduta de funcionários terceirizados.
- Necessidade de treinamentos adicionais para garantir segurança no ambiente de trabalho.

Soluções para Mitigação

- Escolher fornecedores bem avaliados e com histórico confiável.
- Incluir cláusulas contratuais que garantam qualidade e cumprimento de normas trabalhistas.
- Monitorar continuamente o desempenho do serviço prestado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- Manter um plano de contingência para substituição rápida de fornecedores, se necessário.

OPORTUNIDADES

Terceirização e Redução de Custos

- Empresas especializadas oferecem pacotes completos, reduzindo custos com recrutamento, treinamento e gestão de pessoal.
- A terceirização reduz encargos trabalhistas e administrativos, permitindo que a empresa foque em suas atividades principais.

Avanços Tecnológicos e Melhoria da Qualidade

- Aplicação de tecnologias para otimizar rotinas, como sistemas de gestão de serviços e controle de insumos.
- Uso de equipamentos modernos para melhorar a eficiência no atendimento, como máquinas automáticas para café e lanches.

Profissionalização dos Serviços

- Empresas terceirizadas especializadas oferecem treinamentos constantes para os(as) copeiros(as), garantindo um serviço de qualidade superior.
- Padrões de atendimento mais altos, resultando em melhor experiência para colaboradores e clientes.

Flexibilidade e Escalabilidade

- Contratos podem ser ajustados conforme a demanda, permitindo aumento ou redução da equipe sem burocracia.
- Os serviços podem ser personalizados de acordo com as necessidades da empresa.

Maior Conformidade com Normas e Regulamentações

- Empresas terceirizadas especializadas já operam dentro das normas sanitárias e trabalhistas, reduzindo riscos para a contratante.
- Redução da responsabilidade direta sobre a gestão de pessoal, evitando problemas legais.

Sustentabilidade e Responsabilidade Social

- Empresas fornecedoras estão cada vez mais adotando práticas sustentáveis, como redução do desperdício de alimentos e uso de produtos biodegradáveis.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- Possibilidade de contratar fornecedores que sigam políticas de inclusão social e capacitação profissional.

PERSPECTIVAS LEGAIS

Regime Jurídico Aplicável

A contratação deve seguir os princípios constitucionais da **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência**, conforme o **artigo 37 da Constituição Federal**. Além disso, universidades públicas geralmente são autarquias e, portanto, estão submetidas às regras do serviço público.

Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021)

A nova **Lei de Licitações e Contratos** estabelece regras sobre como a universidade pode contratar serviços terceirizados, incluindo:

- **Obrigatoriedade de licitação** para escolher a empresa que fornecerá o serviço.
- **Crêterios objetivos de seleção**, garantindo isonomia e competitividade.
- **Garantia dos direitos trabalhistas**, com regras claras para evitar a precarização do trabalho terceirizado.
- **Previsão de fiscalização contratual**, para evitar descumprimentos pela empresa contratada.

Terceirização e Súmula 331 do TST

A terceirização de serviços de copeiro(a) é permitida com base na **Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho (TST)**, desde que:

- A atividade-fim da universidade **não seja terceirizada** (o que não é o caso do serviço de copeiro(a)).
- Haja **fiscalização adequada** para garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas.
- A responsabilidade da universidade se limite à fiscalização e não à relação direta com os trabalhadores terceirizados.

Lei da Terceirização (Lei nº 13.429/2017)

Essa lei permite a terceirização de serviços em órgãos públicos, desde que o contrato seja **bem estruturado** e fiscalizado, garantindo:

- **Direitos trabalhistas assegurados** pela empresa contratada.
- **Obrigação de qualificação da empresa prestadora de serviço**, evitando fraudes e contratos irregulares.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- **Possibilidade de pagamento direto aos trabalhadores terceirizados** em casos de inadimplência da empresa, conforme decisões recentes do TST.

Responsabilidade Trabalhista e Fiscalização

A universidade deve garantir que:

- A empresa contratada **pague corretamente salários, FGTS e INSS**.
- O contrato inclua **mecanismos de fiscalização** para evitar irregularidades.
- Haja um **gestor responsável pelo contrato**, garantindo cumprimento das normas.

Se houver descumprimento por parte da empresa, a universidade pode ser **responsabilizada subsidiariamente** pelos direitos dos trabalhadores terceirizados.

4.2. Levantamento de Mercado

(VIII, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

4.2.1. Modelo de Contratação

Como forma de embasar o planejamento para a solução desta demanda, definindo o modelo de contratação, foram analisados alguns cenários:

CENÁRIO 1 - Contratar por meio de certame licitatório o objeto pretendido, com a participação de empresas que possam atender logisticamente as demandas apresentadas; e

CENÁRIO 2 - Aderir a uma Ata Registro de Preços vigente de órgãos públicos federais ou estaduais, que atenda as especificações e quantidade dos serviços pretendidos.

CENÁRIO 1	
Descrição	Contratar por meio de certame licitatório o objeto pretendido, com a participação de empresas que possam atender logisticamente as demandas apresentadas.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Análise do cenário	<p>O presente cenário tem por objetivo analisar a possibilidade da contratação de serviços de copeiro(a) por meio de certame licitatório do objeto pretendido, com a participação de empresas que possam atender logisticamente as demandas apresentadas visando atender as demandas da UENF.</p> <p>Vantagens: Destaca-se como vantagem a possibilidade da Administração Pública alcançar a melhor gestão no uso dos recursos públicos, posto que com uma Licitação específica para aquisição do objeto consegue-se atingir uma melhor correlação entre o custo da contratação e o correto dimensionamento do objeto, contratando o objeto em total conformidade aos seus interesses, posto que a licitação terá sido realizada em conformidade com as delimitações do órgão licitante.</p> <p>Desvantagens: Inicialmente encontra-se como desvantagem neste cenário o tempo necessário para que se transcorram todas as etapas da licitação, ocasionando em uma demora maior entre a manifestação da necessidade de aquisição e a celebração contratual entre a administração pública e o fornecedor.</p>
---------------------------	---

CENÁRIO 2	
Descrição	Aderir a uma Ata Registro de Preços vigente de órgãos públicos federais, que atenda as especificações e quantidade dos serviços pretendidos.
Análise do cenário	<p>O presente cenário tem por objetivo analisar a possibilidade de contratação de serviços de copeiro(a) por meio de adesão a uma Ata Registro de Preços vigente de órgãos públicos federais, que atenda as especificações e quantidade pretendidos pela UENF.</p> <p>Vantagens: Destaca-se como vantagem a diminuição dos custos, visto que a possibilidade de adesão a uma ARP, elaborada mediante licitação promovida por outros entes públicos, gera maior celeridade no processo de aquisição e menor dispêndio laboral, por consequência, menor custo.</p> <p>Desvantagens: Inicialmente encontra-se como desvantagem neste segundo cenário a possibilidade dos preços praticados na ARP que for alvo da adesão estarem acima do valor de mercado do objeto. Tal fato pode ocorrer devido a diversos fatores, como pesquisa de preço inadequada, período de maior ou menor demanda no mercado, características do objeto a ser adquirido, quantidades e especificidades da Instituição.</p>

4.2.2. Análise de Segmento de Mercado

Diversas instituições frequentemente contratam empresas especializadas para suprir essas demandas de serviços de copeiragem, como por exemplo:

- UFRJ: Em 2024, a UFRJ firmou um contrato emergencial com a empresa Soluções Serviços Terceirizados Ltda para a prestação de serviços contínuos de copeiragem, com vigência de 04/01/2024 a 03/01/2025.
- INEP: De 01/11/2019 a 01/11/2024 o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) manteve contrato de prestação de serviços de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

copeiragem com fornecimento de materiais de consumo e equipamentos com a empresa R7 Facilities - Manutenção e Serviços Ltda.

- DPE-RJ: Em 23/11/2020 a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro homologou licitação de serviços de recepção, copeiragem e garçonaria, contratando a empresa WS Serviços Terceirizados Ltda-ME.
- ENAP: A Escola Nacional de Administração Pública (Enap) manteve contrato de serviços de copeiragem, incluindo fornecimento de materiais necessários, para os campi Asa Sul e Jardim. Contrato nº 06/2019, com vigência de 12/07/2019 a 12/07/2020, com a empresa PHOENIX Comércio e Serviços de Limpeza LTDA.
- IFC: O Instituto Federal Catarinense (IFC) - Campus Ibirama manteve contrato de prestação de serviços de copeiragem, incluindo fornecimento de materiais necessários. Contrato nº 198/2023, firmado em 22/11/2023, com a empresa NELSON FERRARI LTDA.

Desta forma, fica evidenciado que serviços de copeiragem são frequentemente terceirizados por órgãos públicos para otimizar a gestão administrativa. A terceirização desse serviço permite a alocação eficiente de recursos, evitando a necessidade de contratação direta de funcionários e garantindo a continuidade das operações.

4.2.3. Descrição da Solução

4.2.3.1. Como estabelecer a relação jurídica

A relação jurídica no mercado de copeiragem pode se dar de diferentes formas, mas em sua maioria segue o modelo de terceirização de mão de obra. Esse modelo apresenta desafios tanto para as empresas contratantes quanto para as prestadoras de serviços, pois exige conformidade com diversas normas regulatórias.

No caso da UENF a relação jurídica ocorrerá por meio de contrato a ser firmado após homologação de licitação, observando os preceitos da Lei Federal nº 14.133/2021. A empresa terceirizada assumirá a responsabilidade trabalhista dos funcionários, incluindo encargos sociais e previdenciários.

A terceirização de copeiragem exige atenção a normas da CLT e da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) da categoria. Existem algumas questões que devem ser observadas na execução do contrato pelos fiscais, principalmente em relação à responsabilidade subsidiária da contratante pública (se a empresa terceirizada não pagar os direitos trabalhistas, o órgão público pode ser acionado judicialmente) e possíveis passivos trabalhistas (acionamento na Justiça do Trabalho por ex-funcionários pode gerar custos elevados para a empresa contratada).

A Contratada deverá cumprir normas da Anvisa (higiene e manipulação de alimentos) e da NR-24 (condições sanitárias no ambiente de trabalho). Empresas que não cumprem essas regulamentações podem ter seus contratos rescindidos e enfrentar penalidades.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Assim, como forma de boas práticas alguns aspectos devem ser observados, como:

- Elaboração de contratos detalhados, especificando direitos e deveres das partes, além das regras de fiscalização e execução dos serviços.
- Adoção de modelos de gestão de contratos, com ferramentas para acompanhar obrigações trabalhistas e evitar riscos de responsabilização subsidiária.
- Capacitação e treinamento de funcionários, garantindo conformidade com as normas sanitárias e de segurança do trabalho.

4.2.3.2. Como precificar o serviço - dificuldades das empresas

A precificação de uma proposta para prestação de serviços de copeiragem em licitações públicas apresenta diversas dificuldades que podem impactar a competitividade e a viabilidade financeira do contrato. As principais barreiras envolvem cálculo preciso dos custos, impacto dos encargos trabalhistas, variações da convenção coletiva e fatores externos como inflação e reajustes salariais.

O setor de terceirização de mão de obra está sujeito a uma série de encargos e benefícios obrigatórios, o que torna a precificação um processo complexo. Algumas dificuldades incluem:

a) Definição dos Encargos Trabalhistas

- Empresas precisam considerar INSS, FGTS, férias, 13º salário, aviso prévio e rescisões contratuais, que podem variar dependendo do sindicato e da legislação vigente.
- Caso o cálculo seja mal elaborado, a empresa pode ter prejuízo ao longo do contrato.

b) Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) e Benefícios

- Cada estado ou município pode ter uma CCT diferente, com salários, vale-transporte, vale-alimentação e adicionais diferenciados.
- Caso a empresa não preveja corretamente o impacto da convenção coletiva, pode ter custos inesperados.

Risco de Reajustes e Aditivos Contratuais

Muitos contratos públicos têm duração de 12 a 60 meses, o que pode gerar desafios financeiros para as empresas, como:

- Reajustes salariais anuais exigidos pela CCT, que devem ser previstos na proposta inicial.
- Aumento no custo de insumos e benefícios, como alta no preço do vale-alimentação ou mudanças na tributação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- Possível negativa de aditivos contratuais pelo órgão contratante, caso a empresa não tenha incluído margem suficiente para absorver custos futuros.

Falhas na Composição dos Custos Indiretos

Além dos custos trabalhistas diretos, a empresa precisa calcular corretamente os custos administrativos e operacionais, incluindo:

- Supervisão e coordenação do contrato
- Uniformes e EPIs obrigatórios
- Treinamentos e certificações exigidos
- Tributos sobre prestação de serviços (PIS, COFINS, ISS, IRPJ, CSLL)

Interpretação Errada das Exigências do Edital

- Algumas licitações incluem exigências adicionais, como a necessidade de insumos, equipamentos ou suporte extra, que podem gerar custos não previstos.
- Se a empresa não interpretar corretamente o edital, pode apresentar um preço defasado e comprometer a execução do serviço.

4.2.3.3. Como operacionalizar a contratação

Após a assinatura do contrato, a instituição pública precisa garantir que a prestação do serviço de copeiragem ocorra de maneira eficiente, transparente e em conformidade com a legislação vigente. A operacionalização do contrato envolve gestão de execução, fiscalização, controle de qualidade e cumprimento de obrigações trabalhistas e administrativas.

Antes do início da prestação do serviço, a instituição pública deve:

- Designar um fiscal do contrato: O órgão contratante precisa indicar um servidor responsável por acompanhar a execução do contrato e garantir que todas as cláusulas sejam cumpridas.
- Realizar reunião inicial com a empresa terceirizada: Para alinhar expectativas, definir cronograma de implantação e esclarecer as obrigações contratuais.
- Exigir documentação da empresa e dos funcionários terceirizados: Como registros trabalhistas, exames admissionais e comprovação de treinamentos.

A empresa contratada inicia a prestação dos serviços conforme os termos do contrato, e a instituição pública deve:

a) Controle de Frequência e Jornada de Trabalho



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- Estabelecer pontos de registro (eletrônico ou manual) para controle de frequência dos funcionários terceirizados.
- Monitorar cumprimento de escalas, horários e reposição de funcionários em casos de ausência.

b) Supervisão das Atividades

- O fiscal do contrato deve realizar vistorias periódicas para garantir que os serviços estejam sendo executados corretamente.
- Criar checklists de tarefas para avaliar a qualidade do serviço prestado.

c) Reposição de Materiais e Equipamentos

- Verificar se a empresa está fornecendo uniformes, EPIs e insumos conforme estabelecido no contrato.
- Garantir que a reposição de itens como café, açúcar e materiais de copa esteja sendo realizada dentro dos padrões acordados.

d) Controle de Pagamentos e Faturamento

- A empresa terceirizada apresenta faturas mensais, acompanhadas de documentos comprobatórios (como folhas de ponto e recibos de pagamento de encargos trabalhistas).
- O setor financeiro da instituição analisa e aprova os pagamentos dentro dos prazos estabelecidos no contrato.

e) Verificação do Cumprimento de Obrigações Trabalhistas

- Exigir comprovação mensal de recolhimento de encargos trabalhistas (FGTS, INSS, folha de pagamento, vale-transporte, etc.).
- Monitorar eventuais reclamações trabalhistas que possam gerar passivos para a instituição pública (responsabilidade subsidiária).

f) Gestão de Demandas e Reclamações

- Criar um canal para receber feedbacks e reclamações sobre os serviços prestados.
- Avaliar e solicitar correções caso a execução esteja fora dos padrões estabelecidos.

A fiscalização do contrato deve ser contínua e estruturada para evitar problemas como descumprimento de obrigações trabalhistas ou falhas na prestação do serviço, por meio de revisão documental para garantir que todos os encargos e obrigações trabalhistas estejam sendo cumpridos e avaliação de indicadores de desempenho do serviço (qualidade, tempo de resposta, satisfação dos usuários).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Caso a empresa descumpra cláusulas contratuais, a instituição pode aplicar advertências, multas ou até rescindir o contrato.

Ao final do contrato, a instituição deve:

- Realizar uma avaliação final da prestação dos serviços.
- Exigir comprovação de quitação de encargos trabalhistas.
- Planejar a transição para nova empresa (caso ocorra troca de prestadora).

4.2.4. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não se aplica a esta contratação.

4.2.5. Parcelamento do Objeto

(VI, art. 7º do Decreto 48.816/2023)

Observa-se o disposto no art. 40, § 3º, inciso I, da Lei nº 14.133/21: O parcelamento não será adotado quando:

I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor.

II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;

III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.

No presente caso, por tratar-se de item único, levando-se em conta a natureza do objeto, o parcelamento da solução não é aplicável, por ser o ideal no caso em tela, do ponto de vista da eficiência técnica.

4.2.6. Avaliação comparativa (Benchmarking)

(VIII, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

4.2.6.1. Contratações feitas no Próprio Órgão ou Entidade

A UENF não tem histórico de contratação deste tipo de serviço.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

4.2.6.2. Contratações feitas no Governo do Estado do Rio de Janeiro

Foram realizadas pesquisas no portal de compras do Governo do Estado do Rio de Janeiro - Sistema Integrado de Gestão de Aquisições (SIGA) - <https://www.compras.rj.gov.br>, com o termo “copeira”, sendo localizados alguns processos de contratação do objeto proposto, sendo somente um realizado no âmbito da Lei nº 14.133/2021, no ano de 2024 pelo FUNESBOM.- Fundo Especial do Corpo de Bombeiros:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Compras Públicas

13/02/2025 16:39

Sistema Integrado de Gestão de Aquisições

Resultado da Pesquisa de Editais e Licitações

Licitação	Unidade	Objeto	Modalidade	Data Publicação	Status
PE 03/13	CECERJ - FUND CENTRO CIÊN EDUC SUP DISTÂ DO EST RJ	Prest de serv de limp, hig e copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	27/03/2013	HOMOLOGADO
PE 21/12	DPGE - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	serv copeiragem, garçom e recepção	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	27/07/2012	HOMOLOGADO
PE -02/13	SUDERJ - SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RJ	SERV LIMPEZA, CONSERVAÇÃO, COPEIRAGEM, .	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	16/08/2013	HOMOLOGADO
PE 001/15	SUDERJ - SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RJ	SERVIÇOS DE COPEIRAGEM, LIMPEZA, DESINFE	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	13/03/2015	HOMOLOGADO
PE 001/23	SECEC - SEC DE ESTADO DE CULTURA E ECON CRIATIVA	Serv. Limpeza, Conservação e Copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	03/04/2023	HOMOLOGADO
PE 002/17	SUDERJ - SUPERINTENDÊNCIA DE DESPORTOS DO ESTADO DO RJ	CONTRATAÇÃO SERVIÇOS DE COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	01/09/2017	HOMOLOGADO
PE 002/17	JUCERJA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	SERVIÇO DE LIMPEZA E COCOPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	21/06/2017	HOMOLOGADO
PE 003/13	NOVO DEGASE - DEP GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS	DEGASE - SERVIÇO DE LIMPEZA E COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	08/07/2013	HOMOLOGADO
PE 004/19	DETRORJ - DEP DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO EST DO RJ	Prestação de Serv Limpeza e Copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	08/07/2019	HOMOLOGADO
PE 005/12	NOVO DEGASE - DEP GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS	DEGASE - Serviço de Limpeza e Copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	14/09/2012	ANULADO
PE 007/22	DETRORJ - DEP DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO EST DO RJ	SERVIÇO DE LIMPEZA E COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	16/11/2022	HOMOLOGADO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Compras Públicas

13/02/2025 16:39

Sistema Integrado de Gestão de Aquisições

Licitação	Unidade	Objeto	Modalidade	Data Publicação	Status
PE 008/14	FIA - FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	SERVIÇOS DE COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	05/08/2014	HOMOLOGADO
PE 008/15	AGETRANS - AGÊNCIA REG. SER. PÚBL. TRANS. AQUAFER. MET. RO	Recepção e Copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	19/11/2015	REVOGADO
PE 010/13	AGETRANS - AGÊNCIA REG. SER. PÚBL. TRANS. AQUAFER. MET. RO	SERVIÇO DE COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	21/11/2013	HOMOLOGADO
PE 010/16	PMERJ - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PMERJ - SERVIÇO DE COZINHA E COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	17/03/2016	HOMOLOGADO
PE 011/15	FIA - FUNDAÇÃO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA	CONTRATAÇÃO SERVIÇO DE COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	21/10/2015	HOMOLOGADO
PE 012/19	FUNPERJ - FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ERJ	PGE - SERVIÇO DE COPEIRAGEM EM BRASÍLIA	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	04/12/2019	HOMOLOGADO
PE 013/10	RIOPREVIDÊNCIA - FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA DO ERJ	Serviço de Copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	12/08/2010	HOMOLOGADO
PE 013/18	PGE - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	PGE - SERVIÇO DE COPEIRAGEM - BRASÍLIA	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	26/09/2018	HOMOLOGADO
PE 014/16	FUNPERJ - FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ERJ	PGE - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	07/10/2016	HOMOLOGADO
PE 015/13	PMERJ - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PMERJ - Serviço de cozinha e copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	16/04/2013	HOMOLOGADO
PE 015/14	JUCERJA - JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	SERVIÇO DE LIMPEZA E COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	13/08/2014	HOMOLOGADO
PE 020/11	SEEDUC - SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO	Prest. de Serv. Copeiragem c/ Mat. Limpeza	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	19/12/2011	HOMOLOGADO
PE 025/15	INEA - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE	INEA SERV. JARD. COPEIRAGEM RECEPÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	05/10/2015	ANULADO
PE 025/15	INEA - INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE	INEA SERV. JARD. COPEIRAGEM E RECEPÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	24/11/2015	HOMOLOGADO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Compras Públicas

13/02/2025 16:39

Sistema Integrado de Gestão de Aquisições

Licitação	Unidade	Objeto	Modalidade	Data Publicação	Status
PE 03//21	FUNPERJ - FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ERJ	PGE/RJ - Prest Serv Copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	09/02/2021	HOMOLOGADO
PE 036/19	DETRAN - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO ESTADO DO RJ	DETRAN/RJ - SERVIÇO DE COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	19/12/2019	HOMOLOGADO
PE 046/12	PMERJ - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	PMERJ - SERV DE COZINHA E COPEIRAGEM.	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	31/08/2012	ANULADO
PE 06//15	RIOPREVIDÊNCIA - FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ	Prest. Serviços de Copeiragem e Recepção	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	16/07/2015	HOMOLOGADO
PE 06/20	AGETRANS - AGÊNCIA REG SER PÚB TRANS AQUA FER MET RO	Prestação de Serviços de Copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	14/12/2020	HOMOLOGADO
PE 070/13	SESEG - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA	SESEG - SERVIÇO DE COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	29/10/2013	HOMOLOGADO
PE 076/19	SEPM - SECRETARIA DE ESTADO DE POLÍCIA MILITAR	CONT. EMP. ESP. SERV. COPA E COPEIRAGEM.	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	30/10/2019	HOMOLOGADO
PE 09/15	NOVO DEGASE - DEP GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS	LIMPEZA E COPEIRAGEM - LOTE 01	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	17/11/2015	HOMOLOGADO
PE 10/15	NOVO DEGASE - DEP GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS	LIMPEZA E COPEIRAGEM - LOTE 2	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	17/11/2015	HOMOLOGADO
PE 10/23	FUNPERJ - FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ERJ	PGE - Prest Serv Limpeza e Copeiragem DF	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	17/04/2023	HOMOLOGADO
PE 11/15	NOVO DEGASE - DEP GERAL DE AÇÕES SOCIOEDUCATIVAS	LIMPEZA E COPEIRAGEM - LOTE 03	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	17/11/2015	HOMOLOGADO
PE-004/24	FUNESBOM - FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS	CBMERJ- PS COPEIRAGEM, COZINHA, GARÇOM	PREGÃO ELETRÔNICO - 14.133/2021	24/06/2024	HOMOLOGADO



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro



Compras Públicas

13/02/2025 16:39

Sistema Integrado de Gestão de Aquisições

Licitação	Unidade	Objeto	Modalidade	Data Publicação	Status
PE-041/18	DPGE - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	DPRJ-Pres.serv. recepção e copeiragem.	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	29/08/2018	HOMOLOGADO
PE-042/22	FUNESBOM - FUNDO ESPECIAL DO CORPO DE BOMBEIROS	CBMERJ - PS de Copeiragem e Cozinha	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	03/08/2022	HOMOLOGADO
PE-051/13	DPGE - DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO	DPGE-PREST.SERV.COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	29/11/2013	HOMOLOGADO
PE0010/11	SESEG - SECRETARIA DE ESTADO DE SEGURANÇA	cozinheira, copeira, garçom e servente	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	21/07/2011	HOMOLOGADO
PE0010/17	RIOPREVIDÊNCIA - FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ	PREST.SERV. COPEIRAGEM E RECEPÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	26/09/2017	HOMOLOGADO
PE0011/12	RIOPREVIDÊNCIA - FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ	SERVIÇOS DE COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	15/05/2012	HOMOLOGADO
PE0015/11	FAETEC - CCF - FUND DE APOIO À ESCOLA TÉCNICA DO EST DO RJ	FAETEC - Serviços de Copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	02/05/2011	HOMOLOGADO
PE0024/13	RIOPREVIDÊNCIA - FUNDO UNICO DE PREVIDENCIA DO ERJ	PREST. SERV. COPEIRAGEM E RECEPÇÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	11/07/2013	HOMOLOGADO
PE005//22	DER-RJ - FUND DEP ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DO RJ	SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE COPEIRAGEM	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	12/06/2023	HOMOLOGADO
PE012//11	AGETRANS - AGÊNCIA REG SER PÚB TRANS AQUA FER MET RO	Serviço de cozinha e copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	07/10/2011	HOMOLOGADO
PGE 03/13	FUNPERJ - FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA GERAL DO ERJ	Serviços de Copeiragem	PREGÃO ELETRÔNICO - LEI 8.666	01/03/2013	HOMOLOGADO

48 de 48 registros.

4.2.6.3. Contratações similares de outros Estados e Entidades (Tabela 1)

Pregão nº	Objeto	Órgão	Empresa	Valor mensal/posto	Valor Anual/Posto
-----------	--------	-------	---------	--------------------	-------------------



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

PE/001/24/2024	Contratação de empresa prestadora de serviços de copeiragem, turno diurno, escala de 44 horas semanais.	Fundação Instituto de Pesca do Estado do RJ	JRF Manutenção e Serviços Eireli ME	R\$ 4.011,99 (mensal por posto)	R\$ 48.143,88 (anual por posto)
90143/2024	Prestação de serviços de copeiragem, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, treinamentos, equipamentos e insumos para atender ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I).	Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro	Instituto Travessia	R\$ 4.851,46 (mensal estimado por posto)	R\$ 14.175.770,69 00 (anual adjudicado incluindo todos os postos de trabalho)
90002/2024	Prestação de Serviços de Copeiragem	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro	Instituto de Dignidade e Desenvolvimento Social	R\$ 4.552,47 (mensal homologado por posto)	R\$ 54.629,49 (anual homologado por posto)
91954/2024	Serviços continuados de copeira - jornada de 40 horas semanais	Universidade Estadual do Paraná	Machado e Schio Ltda	R\$ 4.142,44 (mensal homologado por posto)	R\$ 49.709,28 (anual homologado por posto)
90011/2024	Prestação de Serviços de Copeiragem cp, fornecimento de material	Comando do Exército	CNS Nacional de Serviços Ltda	R\$ 4.069,55 (mensal homologado por posto)	R\$ 48.834,60 (anual homologado por posto)
Valor Médio mensal por posto de trabalho: R\$ 4.325,58					



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Editais e Avisos de Contratações (Todos)

Termo Pesquisado: copeiragem

Filtros ativos: Esfera: Estadual UF: RJ Modalidade de Contratação: Pregão - Eletrônico

Exibindo: 11 de 11

Ordenar por: Mais recente

Edital nº PE 001/25/2025

Id contratação PNCP: 42498600000171-1-000694/2025

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 13/02/2025

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO Local: Rio de Janeiro/RJ

Objeto: prestação de serviços de copeiragem, para atender à unidade sede do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro - DETRAN/RJ, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, de acordo com as condições e especificações constantes neste Termo de Referência e no Edital, após autorização da Presidência (83790973) e DIRAF (88879453)

https://pncp.gov.br/aplicacoes/itais?c=copeiragem&pagina=1&esferas=E&modalidades=E&status=todos&uf=RJ&term_pagina=20

1/3



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

27/02/2025, 15:11

Portal Nacional de Contratações Públicas

Edital nº PE 057/24/2024

Id contratação PNCP: 42498600000171-1-008557/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 20/12/2024

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Local:** Rio de Janeiro/RJ

Objeto: SERVIÇO TERCEIRIZADO DE MÃO DE OBRA DE COZINHA, COPEIRAGEM E SERVIÇOS GERAIS, UNIFORMES, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E COLETIVA

Edital nº 90143/2024

Id contratação PNCP: 28538734000148-1-000263/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 10/12/2024

Órgão: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Local:** Rio de Janeiro/RJ

Objeto: Prestação de serviços de copeiragem, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com fornecimento de materiais, treinamentos, equipamentos e insumos para atender ao Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJR), conforme especificado no Termo de Referência (Anexo II).

Edital nº PE/001/24/2024

Id contratação PNCP: 42498600000171-1-006174/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 11/09/2024

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Local:** Rio de Janeiro/RJ

Objeto: Contratação de empresa especializada em prestação de serviço de locação para serviços gerais de portaria (diurno/noturno), limpeza e copeiragem pelo período de 12 (doze) meses, com fornecimento de materiais de limpeza, equipamentos e utensílios.

Edital nº PE 070/24/2024

Id contratação PNCP: 42498600000171-1-005600/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 20/08/2024

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Local:** Rio de Janeiro/RJ

Objeto: Trata o presente da contratação de empresa especializada para prestação de serviços de apoio operacional, especificamente para as funções de supervisor operacional, zelador, ascensorista e copeiragem, a serem executados, de forma contínua, e com o fornecimento de uniformes, nas dependências do novo imóvel ocupado pelo Nível Central da Secretaria de Estado de Saúde, situado a Rua Barão de Itapagipe, nº 225, Rio Comprido, Rio de Janeiro - RJ, conforme especificações, quantitativos e regulamentação.

Edital nº PE 006/24/2024

Id contratação PNCP: 42498600000171-1-005268/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 06/08/2024

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Local:** Rio de Janeiro/RJ

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de apoio as atividades administrativas, técnicas e operacionais (supervisor, copeiragem, recepção e almoxarifado) com mão de obra residente e dedicação exclusiva.

Edital nº PE-004/24/2024

Id contratação PNCP: 42498600000171-1-004121/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 24/06/2024

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Local:** Rio de Janeiro/RJ

Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE SERVIÇO ESPECIALIZADO DE COPEIRAGEM, COZINHA, GARÇOM E SERVENTE.

Edital nº 90169/2024

Id contratação PNCP: 42498600000171-1-001307/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 11/03/2024

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Local:** Rio de Janeiro/RJ

Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de apoio operacional às atividades administrativas da Empresa Municipal de Informática S/A - IplanRio, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e/ou no Termo de Referência, na forma da lei.

Edital nº 90003/2024

Id contratação PNCP: 42498600000171-1-000953/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico **Última Atualização:** 28/02/2024

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO **Local:** Rio de Janeiro/RJ

Objeto: Serviço continuado de limpeza, conservação e copeiragem, com fornecimento de materiais, equipamentos e itens de copa/cozinha para as dependências da Finop no Rio de Janeiro.

Edital nº 90085/2024

https://pncp.gov.br/aplicativo/contratacao/contratacao?referencia=5&modalidade=5&status=todos&uf=RJ&item_pagin=20

2/3



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

27/02/2025, 15:11

Portal Nacional de Contratações Públicas

Id contratação PNCP: 42498600000171-1-000557/2024

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 08/02/2024

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO Local: Rio de Janeiro/RJ

Objeto: Prestação de serviços de copeiragem nas dependências da CET-Rio, com a utilização de 03 (três) copeiras, pelo período de 12 (doze) meses, devidamente descritos, caracterizados e especificados neste Edital e no Termo de Referência, na forma da lei.

Edital nº 00044/2023

Id contratação PNCP: 28305936000140-1-000089/2023

Modalidade da Contratação: Pregão - Eletrônico Última Atualização: 14/09/2023

Órgão: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO Local: Rio de Janeiro/RJ

Objeto: Prestação de serviços, de forma contínua, de supervisor de contrato, supervisor de serviços, supervisor operacional, recepcionista, assistente técnico, garçom, copeiro, operador de copiadora e ascensorista, para auxílio às atividades do MPRJ no Estado do Rio de Janeiro, bem como serviços de recepção, copeiragem, limpeza e conservação, com fornecimento de equipamentos e materiais de limpeza e higiene para auxílio do MPRJ localizado no Distrito Federal, pelo o período de 24 meses.

1-11 de 11 itens < 1 > 20 ▾

4.2.6.4. Conclusão do Benchmarking

A fim de ratificar a escolha pela terceirização dos serviços propostos, apresentamos a seguir a matriz SWOT (FOFA) como ferramenta utilizada para demonstrar alguns pontos relacionados a essa fase do planejamento (Figura 1).

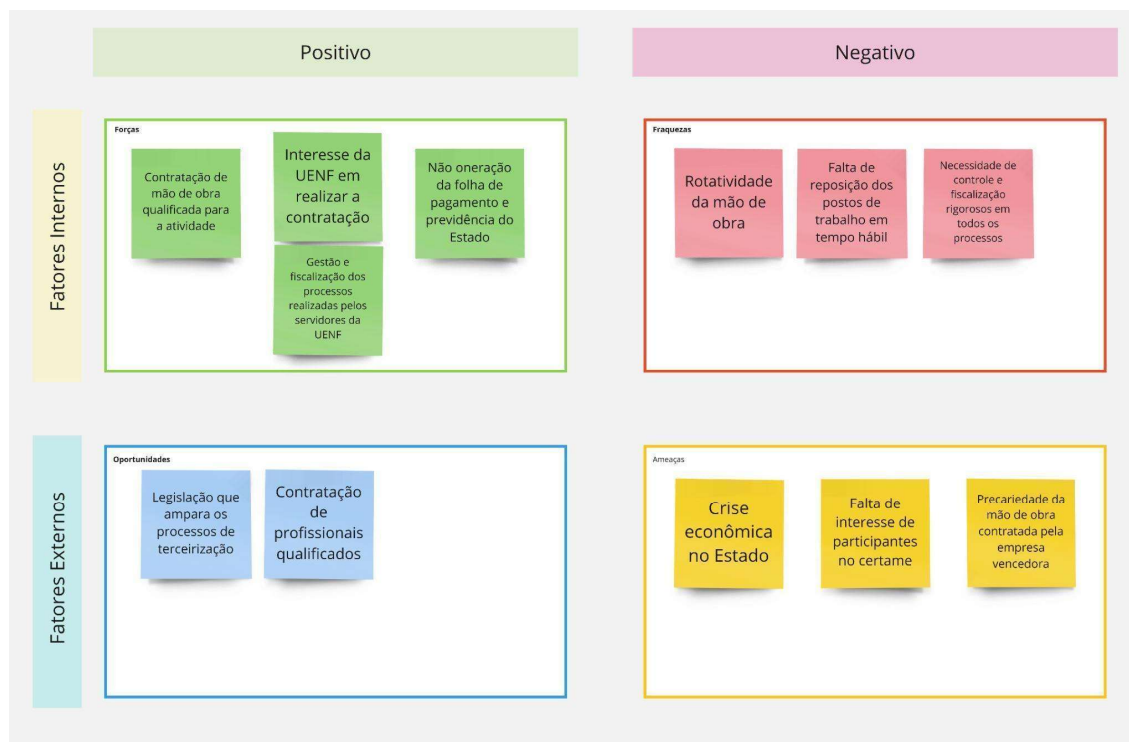


Figura 1 - Matriz SWOT

Observa-se que dos casos pesquisados, identificou-se que tanto no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e em contratações de outras esferas de governo para o objeto pretendido, existem semelhanças quanto ao regime de execução e ao critério de julgamento, ocorrendo



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

licitações na modalidade Pregão Eletrônico, sendo que estes padrões podem influenciar de maneira significativa a eficácia e transparência da contratação.

5. ESTIMATIVA DE PREÇOS

(inciso V, do art. 7º do Decreto 48.816/2023)

Conforme dispõe o inciso V, do art. 7º do Decreto Estadual 48.816/2023, a estimativa de preços foi realizada da seguinte forma:

1. Metodologias:

Após a análise de segmento do mercado e do benchmarking, onde buscou-se analisar contratações feitas pelo próprio órgão, pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro e contratações similares de outros Estados e entidades, verificou-se a viabilidade econômica da solução a ser contratada, por meio da média aritmética dos preços praticados por outros órgãos públicos, conforme dispõe o inciso V, do art. 7º do Decreto Estadual 48.816/2023, ficando demonstrado que o valor estimado está compatível com o preço praticado pelo mercado na forma do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

2. Documentos de Suporte:

Consultas a ETPs, TRs e Editais por meio do Painel de Preços do Governo Federal; ao Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e ao Portal de Compras do Estado do Rio de Janeiro.

3. Sigilo da informação:

Não se aplica a esta contratação.

6. INSTITUCIONAL E LEGAL

A solução adotada neste documento deve orientar-se e respeitar as Normas vigentes de licitações e contratações públicas e incluir critérios e práticas de sustentabilidade e de redução de impacto ambiental, tais como:

- a) Lei Federal nº 14.133/2021, que trata das condições para as licitações e contratos administrativos;
- b) Decreto Estadual nº 48.816 de 24 de novembro de 2023, que regulamentam a fase preparatória das contratações no âmbito do Estado do Rio de Janeiro;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- c) Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte atualizada.
- d) Decretos Estaduais nº 48.650/2023, 48.821/2023 e 48.843/2023.
- e) E demais Normas regulamentadoras, além das legislações trabalhista e as relacionadas às Boas Práticas para serviços de alimentação, em especial a RDC Anvisa 216/2004.

7. AUDIÊNCIA PÚBLICA

Não se aplica a esta contratação.

8. CONSULTA AO MERCADO

Não se aplica a esta contratação, pois as características do serviço a ser contratado foi definido pela área técnica especializada da UENF.

8.1. Análise da possibilidade de licitação exclusiva e de cota reserva para micro e pequenas empresas

Nos termos do art. 4º da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, dos Decretos Estaduais nº 42.063/2009 e 45.790/2016 a licitação não será exclusivamente reservada à participação de micro e pequenas empresas – ME/EPP.

9. DESENHO DA SOLUÇÃO

9.1. Descrição da Solução

A solução como um todo consiste na contratação de postos de trabalho para copeiros(as), a fim de atender às demandas da UENF. Esses postos desempenham um papel essencial nos setores administrativos e de apoio diariamente.

A solução compreende a disponibilidade regular e contínua desses profissionais ao longo do período contratual, garantindo a prestação adequada dos serviços e o atendimento das necessidades da universidade. A seleção de copeiras é fundamental para evitar lacunas e assegurar que todas as atividades sejam realizadas de forma eficiente e segura, atendendo às demandas de suporte, especialmente em espaços como o escritório da reitoria, salas administrativas e áreas de convivência.

Além da contratação de copeiro(as) em si, a solução também abrange exigências relacionadas à qualificação, capacitação contínua e à avaliação periódica dos profissionais,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

sempre que necessário. Essas exigências visam garantir que os profissionais contratados possuam as competências técnicas e comportamentais exigidas para o bom desempenho de suas atividades, cumpram as normas de segurança e atuem de forma alinhada aos padrões de qualidade e segurança da universidade. A capacitação contínua e a avaliação adequada contribuem para o desenvolvimento profissional e para a segurança dos usuários dos serviços.

A escolha desse tipo de solução foi justificada técnica e economicamente, levando em consideração diversos fatores, tais como:

a) Necessidades da universidade: A solução foi selecionada para atender às demandas específicas dos setores administrativos e de apoio da universidade, que necessitam de profissionais qualificados para atuar em serviços de copeiragem.

b) Qualidade e adequação: A solução escolhida foi considerada a mais adequada em termos de qualidade, atendendo aos requisitos mínimos estabelecidos, como qualificação, experiência e capacidade técnica. Os critérios de seleção e os padrões de qualidade foram criteriosamente avaliados para garantir a conformidade dos profissionais com as necessidades da universidade.

c) Relação custo-benefício: A solução foi selecionada levando em conta a relação custo-benefício, buscando obter o melhor valor pelos recursos investidos. Foram considerados aspectos como o custo da contratação, as condições oferecidas, a qualificação dos profissionais e a necessidade de capacitação e avaliação ao longo do tempo.

A quantidade de postos é fixa e predeterminada, assim como as atividades a serem desempenhadas e os aspectos gerais da prestação do serviço. As vantagens desse modelo incluem:

- a) maior facilidade de interação com as equipes uma vez que os prestadores de serviços ficam alocados dentro do órgão;
- b) maior retenção de conhecimentos;
- c) menor rotatividade de profissionais;
- d) facilidade de comunicação e esclarecimentos com o profissional;
- e) menor variação no valor dos pagamentos das faturas.

Ao transferir essas atividades para prestadores de serviços, a UENF racionaliza sua força de trabalho de acordo com sua missão institucional, seu planejamento estratégico e as novas diretrizes da universidade, das quais citamos, dentre outras:

- Melhorar o aproveitamento dos Recursos Humanos;
- Assegurar a infraestrutura apropriada às atividades fins;
- Desenvolver competências essenciais dos servidores;
- Fortalecer a imagem institucional perante a sociedade;
- Otimizar os processos de trabalho;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- Racionalizar os custos.

Em resumo, a solução como um todo compreende a contratação de postos de serviços de copeiragem, acompanhada das exigências de qualificação, capacitação e avaliação. A escolha dessa solução foi fundamentada nas necessidades da universidade, na qualidade e adequação dos profissionais e na relação custo-benefício.

9.2. Identificação dos Itens, Quantidades e Unidades (Tabela 2)

Item	ID PCA	ID SIGA	Especificações	Unidade	Quant.	Valor Unitário por posto de trabalho (R\$)	Valor Total mensal dos 8 postos de trabalho (R\$)	Valor Total (12 meses) (R\$)	Valor Total (24 meses) (R\$)
001		166949	SERVICO DE COPEIRAGEM, DESCRICAO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVICOS DE COPEIRAGEM, TURNO DIURNO, ESCALA DE 44 HORAS SEMANAIS Código do Item: 0320.002.0003 (ID - 166949).	Posto/mês	08	4.325,58	34.604,64	415.255,68	830.511,36

Tabela 2 - Identificação do item

Obs.: Valor médio mensal por posto: R\$ 4.325,58

9.3. Informações Complementares

9.3.1. Quantitativo, horários e locais dos postos de trabalho (Tabela 3)

Unidade	Número de Postos	Horário de Trabalho 44 horas semanais	Endereço
UENF - Reitoria	01	8:00h às 18:00h	Av. Alberto Lamego, 2000 - Parque Califórnia - CEP 28013-602 - Campos dos Goytacazes - RJ
CBB - Centro de Biociências e Biotecnologia	01	8:00h às 18:00h	
CCT - Centro de Ciência e Tecnologia	01	8:00h às 18:00h	
CCTA - Centro de Ciências e Tecnologias Agropecuárias	01	8:00h às 18:00h	



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

CCH - Centro de Ciências do Homem	01	8:00h às 18:00h	
Pró-Reitorias	01	8:00h às 18:00h	
CCVM - Casa de Cultura Villa Maria	01	8:00h às 18:00h	Rua Baronesa da Lagoa Dourada, 234 - Centro - CEP 28035-200, Campos dos Goytacazes - RJ
UENF - Macaé	01	8:00h às 18:00h	Av. Brennand S/N - Imboassica - CEP 27925-535, Macaé - RJ

Tabela 3 - Quantitativos e locais dos postos de trabalho

9.3.1.1 Os serviços serão exercidos de segunda-feira à sexta-feira, com carga horária de 44 horas semanais, com início às 8h e término às 18h e duas horas de almoço. A critério da Administração, conforme a necessidade do serviço, mediante acordo prévio com a Contratada e respeitando-se a legislação trabalhista e a jornada de trabalho, os 240 minutos semanais restantes de trabalho de cada profissional poderão ser distribuídos no horário diário, seja no turno da manhã ou da tarde, desde que haja prévio acordo de compensação de jornada, na forma do art. 59, §§ 2º e 6º da CLT.

9.3.2. Especificações Técnicas - COPEIRA(O) | CBO – 5134-25

9.3.2.1. Das atribuições

- Preparar e servir café, chá, água e outros alimentos simples, conforme solicitado, em ambientes administrativos e áreas de convivência da CONTRATANTE;
- Realizar a higienização e organização de utensílios, equipamentos de copa, tais como cafeteiras, garrafas térmicas, entre outros (lavar, secar e guardar os utensílios);
- Manter a limpeza e organização das áreas de copa e refeitórios, garantindo o adequado funcionamento do ambiente para os usuários;
- Controlar e realizar o pedido de insumos, como café, açúcar, chás e descartáveis, observando o consumo e a necessidade de reposição;
- Realizar o preparo de pequenas refeições, como lanches rápidos, quando necessário;
- Executar a montagem de mesas para reuniões e pequenos eventos, incluindo a limpeza destas mesas, bancadas, armários e superfícies utilizadas na preparação e distribuição dos alimentos;
- Coletar e descartar resíduos, respeitando normas de higiene e segurança, para manter o ambiente de trabalho limpo e adequado;
- Zelar pela organização dos itens de copa, mantendo o ambiente em condições de uso



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

contínuo;

- i) Seguir normas de higiene e segurança alimentar no preparo e manuseio de alimentos e bebidas;
- j) Colaborar com o bom andamento das atividades e o atendimento adequado às necessidades de servidores, professores e visitantes.

9.3.3. Exigências com Pessoal

9.3.3.1. Os empregados deverão:

- a) Possuir no mínimo grau de escolaridade de Ensino Fundamental Incompleto (Copeira - 5134-25);
- b) Estar com a carteira vacinal atualizada, segundo o Programa Nacional de Imunizações para adultos, do Ministério da Saúde (Brasil, 1978, 2004, 2005). O comprovante de vacinação poderá ser emitido por órgãos públicos de saúde ou, ainda, empresas privadas cuja atividade seja específica de vacinação.
- c) Usar uniforme, equipamentos de proteção individual e crachá de identificação no local de trabalho;
- d) Cumprir os horários estabelecidos de entrada e saída do serviço;
- e) Fazer uso correto dos Equipamentos de Proteção Individual que lhe forem fornecidos;
- f) Executar a limpeza e conservação dos equipamentos da copa e cozinha, conforme a técnica e rotinas adotadas pela Instituição, dentro do tempo previsto para cada tarefa;
- g) Comunicar à supervisão ou coordenação do serviço qualquer problema que venha a interferir na atividade ou na qualidade do serviço de higiene e limpeza;
- h) Zelar pelo patrimônio da área sob sua responsabilidade;
- i) Promover a qualidade dos serviços prestados, dentre outras atribuições;
- j) Cuidar da higiene no local de trabalho;
- k) Manter asseio e higiene pessoal;
- l) Lavar as mãos sempre que necessário;
- m) Usar uniforme e calçados próprios e limpos;
- n) Alimentar-se em horários e locais adequados destinados para tal fim;
- o) Não fumar nos ambientes internos do local de trabalho;

9.3.3.2. Da execução dos serviços



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- a) Preparar insumos disponibilizados na carta de Catering institucional.
- b) Lavar pratos, copos, talheres, xícaras, garrafas e demais materiais e utensílios de copa e cozinha, secando-os e guardando os mesmos nos locais pré-definidos, fazendo o trabalho com zelo a fim de evitar acidentes que possam causar dano ao profissional ou aos bens disponibilizados pelo Contratante.
- c) Manter a limpeza e a segurança dos equipamentos, do mobiliário e das instalações, zelando pela continuidade de tais condições durante toda a jornada de trabalho.
- d) Havendo sanduicheiras, estas devem ser limpas 30 minutos após o desligamento, ao final do expediente, observando as instruções do fabricante. É vedado utilizar quaisquer recursos para acelerar o resfriamento da sanduicheira. É vedada a prática de aplicar água, quente, fria ou gelada nas sanduicheiras. Também é vedada a utilização de objetos pontiagudos na limpeza das sanduicheiras.
- e) Operar as máquinas de café previstas no contrato e preparar os cafés e bebidas quentes com perfeição, manuseando corretamente os equipamentos para evitar danos.
- f) Manter a integridade dos equipamentos, facilitando as condições de utilização dos mesmos, bem como sua conservação e durabilidade.
- g) Atender a reuniões e pequenos eventos, quando solicitado pela Administração Superior, organizando mesas com utensílios e alimentos.
- h) Comunicar imediatamente ao supervisor qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessárias.
- i) Executar as demais atividades necessárias à boa prestação dos serviços.
- j) Os serviços deverão ter início em até quinze dias contados a partir da data do recebimento da respectiva Ordem de Serviço (OS), nos locais indicados pela UENF.
- k) Constatando que a prestação de serviço não atende as especificações estipuladas neste documento, ou ainda não atenda a finalidade que dele naturalmente se espera, a Contratante expedirá ofício à empresa Contratada, comunicando e justificando as razões da recusa e ainda notificando-a, a efetuar a substituição do profissional em até 48 (quarenta e oito) horas, para que não lhe seja imputada penalidade;
- l) Decorrido o prazo estipulado na notificação, sem que tenha havido a substituição do profissional recusado, a contratante procederá a abertura para apuração de responsabilidades, por meio de comunicação Interna, a fim de que se proceda a abertura de processo para apuração de responsabilidade, de acordo com as normas contidas na Lei nº 14.133/2021 e alterações, bem como para aplicação das penalidades previstas neste ETP.
- m) Conforme previsto no Decreto nº 49.233 de 06 de agosto de 2024, editado pelo Chefe do Poder Executivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro, sugerimos a adoção do percentual mínimo de 5%, referente à mão de obra dedicada, de que trata a alínea f, do inciso V, do art. 17 do Decreto nº 48.816/2023, o que deverá ser previsto, respeitando-se o percentual mínimo, no Edital de Licitação, nos termos do § Único de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

referido decreto c/c §9º do art. 25 da Lei nº 14.133/2021.

9.3.4. Dos insumos a serem utilizados:

- a) Para a perfeita execução dos serviços, a empresa CONTRATADA deverá fornecer materiais e disponibilizar os equipamentos necessários, em quantidades suficientes à boa execução do serviço, proporcionalizado por posto de trabalho implantado, conforme a Tabela 4.
- b) De modo a minimizar os custos e melhorar a qualidade dos serviços prestados, os materiais serão fornecidos pela contratada de acordo com a frequência estabelecida, com base nos valores referenciais a seguir apresentados, podendo, a critério da fiscalização, sob concordância expressa da contratada, haver compensações entre os mesmos, sob tipos e quantidades, especialmente em decorrência de fato superveniente, com vistas à perfeita execução do contrato.

Especificação do Material/Equipamento	Quantidades Unitárias por Kit	Quantidades totais	Frequência de Entrega
Cafeteira elétrica industrial com capacidade mínima de 02 litros (bivolt/110v/220v)	01	08	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Açucareiro inox com tampa e pá, capacidade 250g.	02	16	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Bandeja retangular inox (tamanho 36cm x24cm)	02	16	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Colher de inox para café	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Xícara em cerâmica, de cor branca, para chá (com pires).	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Porta-copos (descanso de copos), em inox.	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Copos de vidros de 300 ml (long drink), liso, transparente.	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Prato para sobremesa, em cerâmica branca.	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Colher para sobremesa em inox	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Garfo para sobremesa em inox	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Faca para sobremesa em inox	20	160	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Jarra Inox	02	16	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Garrafa Térmica Inox, com capacidade de 1 litro	02	16	Entrega única, com reposição sempre que necessária
Detergente líquido (Frascos de 500 ml)	04	32	Mensal
Sabão em pedra (coco)	04	32	Mensal
Esponja dupla face – unidade	06	48	Mensal
Esponja de aço – unidade	06	48	Mensal
Limpador multiuso - Frascos de 500 ml	04	32	Mensal



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Álcool 46% - Frasco com 01 litro	02	16	Mensal
Pano de prato alvejado - Tamanho (40cmx60cm)	04	32	Mensal
Papel toalha Interfolhada (folha dupla) - Bobina 1000 folhas, 20cmx20cm	04	32	Mensal
Guardanapos de papel branco descartável, medidas aproximadas entre 20cmx20cm a 23cmx23cm. Pacote com 50 folhas.	06	48	Mensal
Luvas de proteção multiuso. Pacote com 1 par	02	16	Mensal
Água Sanitária. Frasco com 1 litro	02	16	Mensal

Tabela 4 – Materiais a serem fornecidos pela Contratada (8 postos de trabalho)

- c) O papel toalha fornecido deverá ser produzido com 100% celulose virgem, com folhas totalmente destacadas, para evitar desperdício, com absorção superior, de alto desempenho, com resistência mesmo molhadas, de modo a minimizar a ocorrência de pedaços de papel nos pisos e nas pias.
- d) O detergente a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser de boa qualidade, preferencialmente neutro, biodegradável e dermatologicamente testado, de modo a evitar odores nos utensílios, danos ao meio ambiente e zelando pelo bem estar de seus usuários.
- e) A CONTRATADA deverá manter estoque mínimo dos materiais necessários, em local a ser indicado pela CONTRATANTE, necessário à boa execução dos serviços, assumindo toda a responsabilidade pelo transporte, carga e descarga e sua respectiva perda, bem como pela sua distribuição diária para a execução dos serviços ou adotar metodologia de distribuição, desde que não haja falta de material para a prestação dos serviços.
- f) A visita técnica é facultativa sendo, no entanto, altamente recomendada, vez que será de total responsabilidade da empresa CONTRATADA a correta execução do serviço.
- g) Qualquer alteração a ser realizada nos materiais e equipamentos, deverá ser submetida previamente à CONTRATANTE.
- h) Fazem parte do contrato o fornecimento de serviços insumos como café, água mineral, adoçante, açúcar e copos descartáveis, vez que serão fornecidos pela administração contratante e, portanto, não devem fazer parte da planilha de custos e formação de preços, ou seja, não será de responsabilidade da contratada.
- i) As voltagens para o fornecimento das cafeteiras devem ser apuradas pela contratada, antes da implantação do contrato, de modo a melhor adequar as aquisições a serem realizadas, caso não disponha de equipamentos bivolt.
- j) O comprovante de entrega dos materiais deverá ser recebido pela fiscalização, gestão contratual ou por servidor designado, visando o devido acompanhamento da execução dos prazos e regularidade no fornecimento dos insumos pela CONTRATADA.
- k) Fica a CONTRATADA obrigada a informar ao início do contrato as datas de remessa dos materiais a serem acompanhados pela fiscalização.

9.4. Definição da Natureza do Objeto

O serviço descrito neste ETP possui natureza comum, ou seja, aquele cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no processo, por meio de especificações usuais de mercado, conforme Art. 6º, Inciso XIII da Lei Federal nº 14.133/2021.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9.5. Processamento do Procedimento

Será utilizado o instrumento de Licitação por Pregão Eletrônico, nos termos do art. 6º, inciso XLI e do art. 28, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e dos Decretos Estaduais nº 48.816/2023 e 48.778/2023.

9.6. Instrumentalização do Procedimento - Adoção do Sistema de Registro de Preços

Não se aplica a esta contratação.

9.7. Critério de Julgamento

O julgamento será com base no **menor preço global por lote**, conforme o art. 8º do Decreto Estadual nº 48.778/2023 e a Lei Federal nº 14.133/2021, com modo de disputa aberto e fechado.

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios constantes do Art. 60 da Lei 14.133/2021. Serão observados os critérios de julgamento conforme o Capítulo V da Lei 14.133/2021.

9.8. Regime de Contratação

Neste contrato será adotado o regime de execução de empreitada por preço global, pois faz parte da prática de mercado da solução pretendida.

9.9. Forma de Execução

9.9.1. A CONTRATADA deverá apontar preposto, que precisará se fazer presente no local da prestação dos serviços em 1 (um) dia da semana, por pelo menos 2 (duas) horas, durante o horário de expediente da CONTRATANTE, a ser negociado com a equipe de gestão contratual UENF.

- As atividades a ser desempenhadas pelo preposto, durante sua estada nas dependências da UENF são, entre outras, e relativamente aos seus empregados:
 - a) Fiscalizar o cumprimento de suas obrigações contratuais;
 - b) Verificar utilização de crachás e uniformes;
 - c) Receber pedidos de férias, com ou sem abono pecuniário, e conciliar a marcação dos períodos de afastamento;
 - d) Ouvir reclamações e resolver conflitos;
 - e) Receber atestados médicos e encaminhar exames de saúde ocupacional;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- f) Dar orientações diversas e fazer encaminhamentos de demandas de recursos humanos;
 - g) Tratar de questões relativas a INSS, FGTS, vale alimentação, vale transporte e demais benefícios;
 - h) Corrigir e aprovar registros de ponto (eletrônico ou não);
 - i) Gerenciar banco de horas para compensação de horas além da carga horária diária com folgas, sempre alinhadas com a fiscalização contratual da UENF;
 - j) Providenciar documentação solicitada pela fiscalização contratual da UENF;
 - k) Participar de reuniões com a fiscalização contratual da UENF;
 - l) Elaborar relatórios e/ou memórias de cálculo solicitadas pela fiscalização contratual da UENF;
 - m) Dar encaminhamento às demais questões trabalhistas de seus colaboradores e tratar de assuntos diversos relacionados ao contrato.
- A presença do preposto tem como objetivo manter a UENF e a fiscalização contratual à margem da recepção e resolução de questões trabalhistas de seus empregados, ou seja, deve agir de forma proativa para que seus colaboradores não enxerguem na equipe de fiscalização a figura do empregador.
 - A CONTRATANTE disponibilizará local físico para que o preposto desempenhe suas atividades.
 - A CONTRATADA deverá implantar e gerir sistema de registro de ponto que registre hora e local do início, fim e/ou intervalo das atividades laborais dos prestadores de serviços alocados nos postos de trabalho.
 - Os dados relativos a horas extras, banco de horas e/ou localização dos registros de ponto devem ser repassados mensalmente à CONTRATANTE, por relatórios sintéticos e, mediante solicitação, com todo detalhamento de dados que tenha relação com a atividade de fiscalização contratual.

9.9.2. A contratada é responsável pelo treinamento, supervisão e pelo comportamento dos seus empregados alocados no contrato, cabendo-lhe assegurar o cumprimento das disposições de conduta pertinentes, a exemplo das constantes deste ETP:

- a) Cumprir as normas de segurança para acesso às dependências das Unidades da UENF.
- b) Entrar em áreas reservadas somente em caso de emergência ou quando devidamente autorizado.
- c) Cumprir as normas internas, rotinas e procedimentos estabelecidos pelo Contratante.
- d) Ingressar nas dependências do Contratante com vestimenta apropriada ao ambiente.
- e) Ser pontual e assíduo.
- f) Desenvolver suas atividades com disciplina, discrição, urbanidade, cortesia, dedicação,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

cooperação, ponderação e compromisso com as finalidades do trabalho.

- g) Apresentar-se ao posto de trabalho em adequadas condições de higiene, dentre as quais: cabelos presos ou curtos; unhas aparadas; odores corporais controlados (hálito, axilas, etc.); profissionais do sexo masculino com o rosto escanhado (sem barba e bigode), etc.
- h) Zelar pelo uso adequado da linguagem, evitando comunicação em voz muito alta, gírias, expressões de baixo calão ou outras não apropriadas ao trato formal adequado ao ambiente.
- i) Não utilizar perfumes, colônias, desodorantes ou outros produtos de aroma forte, que possam contribuir para desencadear episódios alérgicos nos usuários.
- j) Trajar, durante toda a jornada de trabalho, uniforme completo, íntegro e em perfeitas condições; sapatos limpos; e crachá de identificação afixado em posição facilmente visível.
- k) Não utilizar acessório ou componente visível sob ou sobre o uniforme (toalhas de mão, camisetas, faixas, etc.) que altere os uniformes ou quaisquer peças relativas a agremiações esportivas, partidárias ou assemelhadas.
- l) Não participar, no âmbito do Contratante, de ações de: proselitismo; manifestação ou reivindicação; divulgação de ideias, de boatos ou de comentários desairosos ou desrespeitosos relativos a quaisquer pessoas.
- m) Manter absoluto sigilo quanto às informações de que porventura tenha tomado conhecimento em razão do desempenho das funções, sob pena de devolução à contratada.
- n) Evitar confrontos com servidores, outros prestadores de serviço e visitantes.
- o) Não abordar autoridades ou servidores para tratar de assuntos particulares, de serviço ou atinentes ao contrato, exceto se for membro da equipe de fiscalização.
- p) Tratar dos assuntos relativos aos serviços somente com os superiores - Supervisores de Unidades de Copeiragem ou Fiscais do Contrato – tanto para buscar orientação quanto para sanar dificuldades na execução.
- q) Evitar tratar de assuntos particulares ou que não tenham afinidade com o serviço desempenhado, durante o horário de trabalho, a fim de evitar o comprometimento e interrupções desnecessárias no atendimento.
- r) Não desenvolver atividades estranhas aos serviços contratados.
- s) Encaminhar ao superior quaisquer reclamações porventura recebidas.
- t) Levar ao conhecimento do superior, imediatamente, qualquer informação considerada importante.
- u) Comunicar à chefia, imediatamente, o desaparecimento de material, lavrando, posteriormente, a ocorrência por escrito.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

- v) Promover o recolhimento de objetos e/ou valores encontrados nas dependências do Contratante, providenciando para que sejam encaminhados ao fiscal.
- w) Zelar pela preservação do patrimônio da UENF sob sua responsabilidade, mantendo a higiene, a organização e a aparência do local de trabalho.
- x) Realizar os serviços com todos os acessórios necessários para o bom desempenho do trabalho.
- y) Adotar todas as providências ao seu alcance para sanar irregularidades ou agir em casos emergenciais.
- z) Permanecer atento às suas tarefas, sendo vedado, durante a execução dos serviços: o consumo de refeições; a utilização de aparelhos para ouvir música ou qualquer outra transmissão; para comunicação por voz ou por mensagens; para acesso a redes sociais; para entretenimento ou quaisquer atividades que desviem a atenção do serviço.
- aa) Acatar as ordens superiores executando suas tarefas conforme o planejamento de trabalho elaborado pelos fiscais do contrato.
- bb) Realizar o descarte dos resíduos de acordo com o Programa de Logística Sustentável da UENF.
- cc) Manter a integridade dos equipamentos, facilitando as condições de utilização dos mesmos, bem como a sua conservação e durabilidade.
- dd) Executar todas as demais atividades correlatas aos serviços contratados.
- ee) Os serviços serão prestados de forma contínua e exclusiva nas dependências da UENF listadas neste Termo de Referência;
- ff) Os serviços serão exercidos de segunda-feira à sexta-feira, com carga horária de 44 horas semanais, com início às 8h e término às 18h e duas horas de almoço. A critério da Administração, conforme a necessidade do serviço, mediante acordo prévio com a Contratada e respeitando-se a legislação trabalhista e a jornada de trabalho, os 240 minutos semanais restantes de trabalho de cada profissional poderão ser distribuídos no horário diário, seja no turno da manhã ou da tarde, desde que haja prévio acordo de compensação de jornada, na forma do art. 59, §§ 2º e 6º da CLT.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

9.10. Habilitação

O LICITANTE deverá atender às condições de habilitação jurídica, técnica, social e trabalhista e econômico-financeira indicadas no Edital de Licitação, observados os art. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021, conforme abaixo descrito, devendo manter durante todo o período de execução contratual as devidas condições de habilitação, nos termos do inciso XVI do art.92 da Lei nº 14.133/2021.

9.10.1. Qualificação Técnica

- a) Ser do ramo de atividade compatível com o objeto deste ETP, cuja comprovação de terceirização de serviços profissionais será feita por meio da apresentação do Contrato Social ou Estatuto Social, devidamente registrado;
- b) Apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado e/ou declaração de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, que comprove a aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características e quantidades com o objeto deste Termo, de forma satisfatória, demonstrando que a empresa gerencia ou gerenciou os serviços contidos neste Termo de Referência;
- c) A empresa deverá comprovar que gerencia esses serviços por período não inferior a 01 (um) ano;
- d) Para a comprovação da experiência mínima de 01 (um) ano será aceito o somatório de atestados, sendo que os mesmos deverão contemplar execuções em períodos distintos (períodos concomitantes serão computados uma única vez) e terem sido expedidos após a conclusão dos Contratos ou decorrido, pelo menos, 01 (um) ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior.
- e) Os atestados ou declarações de capacidade técnica deverão se referir a serviço prestado no âmbito de sua atividade econômica principal e/ou secundária especificadas no Contrato social registrado na junta comercial competente, bem como no cadastro de pessoas jurídicas da Receita Federal do Brasil – RFB.
- f) Com o objetivo de avaliar as condições de execução do objeto e esclarecer eventuais dúvidas, fica facultada às empresas interessadas a realização de vistoria, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 9h e 17h, mediante agendamento prévio com a Prefeitura do Campus da UENF, através do telefone (22) 2739-7018 ou pelo e-mail prefeitura@uenf.br, até 01 (um) dia antes da realização da sessão pública de lances.
 - f.1) Ficam desde já as empresas cientes de que a não realização de vistoria implicará a aceitação tácita das exigências constantes no Termo de Referência. Portanto, não serão aceitas justificativas, em qualquer época, de desconhecimento de estado, condições do local, fatos e detalhes que impossibilitem ou dificultem a execução dos serviços ou o cumprimento de todas as suas obrigações.
 - f.2) As empresas que realizarem a vistoria deverão apresentar a Declaração de



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Realização de Vistoria.

f.3) Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal de pleno conhecimento assinada pelo responsável técnico ou responsável legal do licitante de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9.10.2 Habilitação Jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- c) Sociedade Limitada Unipessoal - SLU: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório do administrador, sendo assim enquadrada a sociedade identificada como Empresas Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI, na forma do art. 41, da Lei nº 14.195, de 26 de agosto de 2021.
- d) Sociedade Empresária Estrangeira em funcionamento no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020, alterada pela Instrução Normativa DREI /ME nº 88, de 23 de dezembro de 2022, ou norma posterior que regule a matéria.
- e) Sociedade Simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.
- f) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- g) Quando cabível, os documentos apresentados devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.10.3. Qualificação Fiscal, Social e Trabalhista

- a) Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- b) Regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social.
- c) Regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.
- f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, naquilo que couber.
- g) Prova de regularidade com a Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, mediante a apresentação de:
 - Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda; e
 - Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado.

9.10.4. Qualificação Econômico Financeira

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de pessoa jurídica, ou certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do fornecedor, caso se trate de pessoa física ou de sociedade simples.
- b) Não será causa de inabilitação do licitante a anotação de distribuição de processo de recuperação judicial ou de pedido de homologação de recuperação extrajudicial.
- c) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
- d) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício social no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- e) Os fornecedores criados no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficam autorizados a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;
- f) Poderá ser apresentado o balanço intermediário, caso autorizado por lei ou pelo contrato/estatuto social.
- g) Para fins de habilitação econômico-financeira de sociedade empresária em recuperação judicial deverão ser considerados os valores constantes no Plano de Recuperação Judicial, homologado pelo Juízo competente, para fins de apuração dos índices contábeis previstos no edital.
- h) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou superiores a 1 (um), que deverão ser aferidas pelo setor de contabilidade do UENF, obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$

$$SG = \text{Ativo Total} / (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$$



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

LC = Ativo Circulante + Passivo Circulante

- i) Caso seja apresentado resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverá ser comprovado capital ou patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.
- j) O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor e analisado/ratificado pelo setor de contabilidade da UENF.

10. DOS FORNECIMENTOS ACESSÓRIOS

- a) A Contratada deverá fornecer aos seus empregados, desde o início da execução dos serviços, os itens de uniformes novos e adequados às estações climáticas do ano, cujos modelos tenham sido aprovados previamente pela Comissão de Fiscalização do Contrato.
- b) Quaisquer alterações que venham a ser feitas nos uniformes no decorrer da contratação, quanto a mudança de itens previamente aprovados, devem ser submetidas à Comissão de Fiscalização para aprovação.
- c) Após a entrega do primeiro uniforme, a Contratada deverá substituí-los por novos em conformidade com os quantitativos discriminados neste documento, independentemente do estado em que se encontrem.
- d) A CONTRATADA também deverá substituir os uniformes que apresentarem defeitos ou desgastes, independente do prazo estabelecido acima.
- e) Em hipótese alguma, os custos de qualquer um dos itens de uniformes e materiais deverão ser repassados aos seus empregados.
- f) As peças dos uniformes deverão ser confeccionadas em tecido de boa qualidade, e com o disposto no respectivo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho, duráveis e que não desbotem facilmente.
- g) As peças do uniforme serão confeccionadas pelas medidas de cada profissional, que serão tomadas no local da prestação dos serviços, conforme agendamento da fiscalização.
- h) Os uniformes deverão conter o emblema da CONTRATADA, de forma visível, nos itens do uniforme.
- i) Os uniformes deverão ser entregues aos empregados pela CONTRATADA, mediante recibo em relação nominal, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao responsável pela fiscalização da prestação dos serviços.
- j) Somado aos uniformes, também serão distribuídos crachás que, junto com os uniformes das gestantes, sapatos indicados por orientação médica e ajustes das peças de uniforme à silhueta do colaborador, serão fornecidos às expensas exclusivas da contratada sem repasse dos custos ao contrato.
- k) O crachá de identificação será confeccionado em material resistente, a exemplo do PVC, e conterá, na parte frontal, com design de fácil visualização, o nome da contratada, a fotografia recente do profissional e, em fonte de tamanho grande, seu nome, a função/cargo exercido, o registo no quadro da contratada, o tipo sanguíneo e o fator RH, o registo geral de identificação, e a expressão "A SERVIÇO DA UENF". Os crachás serão repostos sempre que verificada a necessidade pela contratada ou



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

pelo fiscal do contrato, a quem caberá estabelecer o prazo para a reposição, sem ônus ao contrato.

l) O uniforme deverá fornecido nas seguintes quantidades:

ITENS	QUANTIDADE POR FUNCIONÁRIO	VIDA ÚTIL (MESES)
Conjunto uniforme jaleco e calça copeiro(a) em tecido oxford	04 conjuntos	12
Sapato tipo tênis	02 pares	12
Crachá de identificação	01 unidade	12
Avental ou coletes para a copeiragem com o tamanho do(a) usuário(a)	04 unidades	12
Toucas de cabelo	04 unidades	12
Casaco para frio	01 unidade	12

Tabela 5 - Listagem dos uniformes a serem fornecidos pela Contratada

m) Os seguintes EPI's também deverão ser entregues aos funcionários, por conta da Contratada: luvas de proteção, toucas e máscaras em TNT descartável, na quantidade necessária à execução dos serviços, bem como dois pares de luvas térmicas em silicone anualmente.

11. INFORMAÇÕES CONTRATUAIS

11.1. Duração do Contrato

Os serviços, objetos desta contratação, serão prestados pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses, prorrogável sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, conforme Art. 107 da Lei nº 14.133, que determina:

“Os contratos de serviços e fornecimentos contínuos poderão ser prorrogados sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, desde que haja previsão em edital e que a autoridade competente ateste que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.”

A prorrogação na forma do artigo 107 da Lei nº 14.133/21, está condicionada a recomposição da planilha de composição de preços mediante a eliminação dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido amortizados ou pagos em sua integralidade no primeiro período de vigência contratual

O prazo de início dos serviços poderá ser prorrogado, mantidas as demais condições da contratação e assegurada a manutenção do seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorram motivos devidamente evidenciados e sujeitos à análise prévia do setor requisitante e



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

aprovação da Administração da UENF.

A prorrogação de que trata este item deverá observar, ainda, os seguintes requisitos:

- a) demonstração formal, no processo, que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;
- b) juntada de relatório sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) juntada de justificativa de que a administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) manifestação expressa do CONTRATADO informando o interesse na prorrogação.

Será permitida a prorrogação do prazo de execução dos serviços, desde que promovido através da competente celebração de termo aditivo de contrato e observado ainda o seguinte:

- Os serviços tenham sido prestados regularmente pela CONTRATADA.
- A UENF mantenha o seu interesse na realização do serviço.
- O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para o Órgão.
- A CONTRATADA manifeste expressamente interesse na prorrogação do contrato.

O contrato não poderá ser prorrogado quando a CONTRATADA tiver sido declarada inidônea ou suspensa ou impedida de licitar ou contratar no âmbito do Estado do Rio de Janeiro ou com Administração da UENF, ao menos enquanto perdurarem seus efeitos;

A CONTRATADA não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

Eventual pedido de prorrogação deverá ser encaminhado à Diretoria Geral de Administração - DGA/UENF, localizada à Av. Alberto Lamego, 2000 - CEP 28013-602, Parque Califórnia, Campos dos Goytacazes - RJ, Telefone: (22) 27397014, e-mail: dga@uenf.br.

11.2. Reajustamento de Preços

11.2.1. Repactuação

11.2.1.1. Os preços contratados serão repactuados após o interregno de 1 (um) ano, mediante solicitação do contratado.

11.2.1.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data de início dos efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo Contrato;
- b) para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta;



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

c) para os custos relativos ao transporte público: a partir da data da majoração da tarifa, desde que comprovada pelo contratado a sua efetiva repercussão sobre o preço contratado.

11.2.1.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo a última repactuação, correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

11.2.1.3.1 Entende-se como última repactuação a data em que iniciados os efeitos financeiros do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada, bem como a data em que ocorreu a repactuação dos custos decorrentes de mercado e da tarifa de transporte público, independentemente dos registros realizados por apostila ou da celebração do termo aditivo.

11.2.1.4. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

11.2.1.5. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

11.2.1.6. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

11.2.1.7. Na repactuação, o contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a administração pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

11.2.1.8. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo Contrato.

11.2.1.9. Quando a repactuação solicitada pelo contratado se referir aos custos decorrentes do mercado, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice de reajustamento Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), exclusivamente para as obrigações que se iniciem após a anualidade.

11.2.1.10. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

11.2.1.11. Fica o contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer, sendo adotado na aferição final o índice definitivo.

11.2.1.12. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

11.2.1.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

11.2.1.14. Independentemente do requerimento de repactuação dos custos decorrentes do mercado, o contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

11.2.1.15. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.

11.2.1.16. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

11.2.1.17. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do Contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

11.2.1.17.1. Os efeitos financeiros do pedido da repactuação serão contados:

a) da data-base prevista no Contrato, desde que requerida a repactuação no prazo de 60 (sessenta) dias da data de publicação do índice ajustado contratualmente, da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo ou da divulgação da nova tarifa;

b) a partir da data do requerimento do contratado, caso o pedido seja formulado após o prazo fixado na alínea a, acima, o que não acarretará a alteração do marco para cômputo da anualidade da repactuação, já adotado no edital e no Contrato.

11.2.1.18. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao contratante ou ao contratado proceder aos cálculos devidos, deverá, a requerimento do contratado, ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

11.2.1.19. A extinção do Contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

11.2.1.20. O contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados, pelo contratado.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

11.2.1.21. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o contratado não cumprir as condições estipuladas nesta cláusula ou deixar de apresentar a documentação solicitada pelo contratante para a comprovação da variação dos custos.

11.2.1.22. A repactuação de preços será formalizada por apostilamento, se esta for a única alteração contratual a ser realizada.

11.2.1.23. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos Contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea d, da Lei nº 14.133/2021.

11.3. Garantia

11.3.1. A Contratada deverá apresentar Garantia Contratual, no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato.

11.3.2. O CONTRATADO poderá optar pelas seguintes modalidades de garantia:

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária.

11.3.3. Qualquer que seja a modalidade escolhida pelo CONTRATADO, a garantia assegurará o pagamento de:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações neste previstas;
- b) multas moratórias, compensatórias e administrativas aplicadas pela Administração ao CONTRATADO;
- c) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, assim como as obrigações de regularidade perante o FGTS, não adimplidas pelo CONTRATADO, quando couber.

11.3.4. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, terá validade durante a vigência do Contrato e por mais 90 (noventa) dias úteis após o término deste prazo de vigência.

11.3.5. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o CONTRATADO ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.3.6. Ressalvada a hipótese de seguro-garantia, em que deverá ser observado o prazo do item 11.3.7., o CONTRATADO apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do CONTRATANTE, contado da assinatura do Contrato, o comprovante de prestação de garantia, na forma do item 3.3.2.



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

11.3.7. Caso oferecida a modalidade de seguro-garantia, sua apresentação deve ocorrer em (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, e observar-se-ão as seguintes condições:

- A apólice permanecerá em vigor mesmo que o CONTRATADO não pague o prêmio nas datas convencionadas;
- A apólice deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do Contrato principal, mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora;
- Será permitida a substituição da apólice na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 3.3.5 deste Termo de Referência; e
- A apólice somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 3.3.3., observada a legislação que rege a matéria.

12. TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO, TECNOLOGIA E TÉCNICAS EMPREGADAS E TRANSIÇÃO CONTRATUAL

Não se aplica a esta contratação.

13. CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE

A empresa contratada, com objetivo de seguir uma estratégia ambiental sustentável, deve atender às especificações e critérios de sustentabilidade e de impacto ambiental, na forma da Lei nº 14.133/2021, do Art. 10º, inciso V do Decreto Estadual nº 48.816/2023, do Art. 6º do Decreto Estadual nº 43.629/2012, do Decreto nº 9.178/2017 e da Lei nº 12.349/10, que inclui a promoção do desenvolvimento sustentável nas aquisições, atuando com práticas sustentáveis e adotando medidas que fomentem o baixo impacto sobre recursos naturais, como fauna, flora, ar, solo e água.

Também deve observar as Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, e dos demais órgãos competentes, para optar pelas especificações do objeto que melhor atendam às exigências ambientais, ou outras que o Poder Executivo venha a estabelecer, tais como: economia no consumo de água e energia; minimização da geração de resíduos e destinação final ambientalmente adequada dos que forem gerados; racionalização do uso de matérias-primas; redução da emissão de poluentes; adoção de tecnologias menos agressivas ao meio ambiente; implementação de medidas que reduzam as emissões de gases de efeito estufa e aumentem os sumidouros; utilização de produtos de baixa toxicidade; utilização de produtos com a origem ambiental sustentável comprovada, quando existir certificação para o produto.

A empresa contratada deve promover junto aos seus funcionários comportamentos que estimulem atitudes que se configurem em Boas Práticas Ambientais. A contratada deve dar preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local, cujas embalagens dos bens ofertados sejam constituídos em parte ou no todo por material atóxico,



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

preferencialmente biodegradável; buscar maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; preocupar-se com uma maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local.

A CONTRATADA deverá elaborar e implementar Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de promoção e preservação da saúde dos trabalhadores, de acordo com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, no prazo e nas condições do subitem anterior.

Não se verifica a possibilidade de impactos ambientais muito significativos ou que não sejam passíveis de controle ou mitigação por meio de medidas simples. Entretanto, com o objetivo de minimizar eventuais impactos ambientais resultantes das atividades inerentes ao trabalho que, por sua natureza, manipula alimentos e produtos químicos de higienização produzindo resíduos orgânicos e inorgânicos, somente serão permitidos na UENF o uso de produtos certificados pela Anvisa nos processos de higienização.

Com relação ao descarte, os resíduos sólidos serão acondicionados em sacos plásticos apropriados e conduzidos para o destino em contentores para o recolhimento pelas Companhias de limpeza.

14. DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será permitida a subcontratação do objeto desta licitação.

15. DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO

Conforme o art. 15 da Lei nº 14.133/21, c/c art. 17, VI, alínea "b", do Decreto nº 48.816/23, será admitida a participação de licitantes em regime de consórcio.

As empresas consorciadas apresentarão compromisso público ou particular de constituição do consórcio, subscrito por todas, onde deverá estar indicada a empresa líder como responsável principal perante a Universidade por todos os atos praticados pelo consórcio.

Cada um dos membros do consórcio deverá comprovar, individualmente, os requisitos de habilitação, mediante a apresentação da documentação comprobatória.

As empresas consorciadas poderão, todavia, somar os seus quantitativos técnicos e econômico-financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no consórcio, para a finalidade de atingir os limites fixados para tal objetivo no edital da licitação.

16. DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVA

Em regra, a participação de COOPERATIVAS é permitida pela Lei nº 14.133/2021, contudo não será aceita neste certame, pois serão observadas as orientações da Procuradoria Geral do Estado (PGE) e do Tribunal de Contas da União (TCU), como segue:



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Orientação Administrativa PGE n.º 08:

Deve ser vedada a participação das cooperativas de serviços nas licitações que visem à contratação de prestação de serviços de vigilância e segurança (cf. Lei nº 7.102/1983 e alterações posteriores), bem como nas licitações destinadas a selecionar contratado para prestar serviços em relação aos quais se presume a subordinação dos trabalhadores que o exercem, tais como asseio, limpeza, conservação, manutenção, copeiragem e operação de elevadores”;

Súmula nº 281 do TCU:

É vedada a participação de cooperativas em licitação quando, pela natureza do serviço ou pelo modo como é usualmente executado no mercado em geral, houver necessidade de subordinação jurídica entre o obreiro e o contratado, bem como de pessoalidade e habitualidade.

17. INCIDÊNCIA DO PROGRAMA DE INTEGRIDADE

Não se aplica a esta contratação.

18. PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE - DEMAIS CONSIDERAÇÕES

18.1. Contratações Interdependentes

Não se aplica a esta contratação.

18.2. Capacitação de Pessoal

A CONTRATADA deverá promover treinamentos específicos e programas de capacitação, visando garantir que os contratados estejam sempre atualizados com as melhores práticas do mercado. Além disso, é fundamental assegurar que os profissionais contratados atuem em conformidade com as normas e regulamentos de segurança no trabalho, especialmente no que se refere ao cumprimento das legislações trabalhistas e operacionais. A escolha dessa estratégia foi pautada em critérios técnicos rigorosos, considerando a qualificação dos profissionais, a experiência exigida, a eficiência e qualidade dos serviços prestados, entre outros aspectos relevantes.

18.3. Servidores que Participarão da Fiscalização do Contrato a ser Celebrado

Nome: **Patrícia Fabiane Cabral Paulino Câmara**

Cargo: PNE - Administração



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Setor: Secretaria do CCT

ID: 641762-0

Telefone: 22-27397182

E-mail: [Patricia Fabiane C. Paulino](#)

Nome: **Ângela da Costa Soares**

Cargo: PNF-Auxiliar Técnico Administrativo

Setor: Secretaria do CCTA

ID: 641352-8

Telefone: 22-27397049

E-mail: [Angela da Costa Soares](#)

Nome: **Gerusa Monteiro Rangel**

Cargo: PNM - Assistente Administrativo

Setor: Secretaria do CBB

ID: 641592-0

Telefone: 22-27397028

E-mail: [Gerusa Monteiro Rangel](#)

Nome: **Rachel Quintanilha Bense Bicock**

Cargo: PNF - Auxiliar Técnico Administrativo

Setor: Diretoria do CCH

ID: 41952979

Telefone: 22-27397036

E-mail: rachelqb@uenf.br

Nome: **Célia da Silva Caetano**

Cargo: PNS - Analista de Planejamento



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Setor: Reitoria

ID: 28819837

Telefone: 22-27397002

E-mail: c.caetano@uenf.br

Nome: **Maria Aparecida Madeira Aguiar**

Cargo: PNE - Administração

Setor: ProPPG

ID: 41986032

Telefone: 22-27397012

E-mail: maguiar@uenf.br

Nome: **Hedwiges Fernandes de Souza Teixeira**

Cargo: PNF - Auxiliar Técnico Administrativo

Setor: Casa de Cultura Villa Maria

ID:6417922

Telefone: 22-27257834

E-mail: hed@uenf.br

Nome: **Victor Hugo Santos**

Cargo: Professor Associado

Setor: UENF - Macaé

ID: 43166474

Telefone: 22-27656561

E-mail: victorhugo.lenep@uenf.br



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Os dados inerentes à contratação se caracterizam como públicos, garantindo o acesso à informação por parte dos interessados, sendo este direito fundamental a ser assegurado pela Administração, tendo o sigilo como uma exceção, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O licitante ou contratado estará sujeito às penalidades na forma dos art. 155 a 163 da Lei Federal nº 14.133/2021.

21. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

(VII, art. 7º do Decreto nº 48.816/2023)

Conforme o Art. 7º, Inciso VII do Decreto nº 48.816/2023, diante das análises qualitativa e quantitativa realizadas ao longo do presente estudo técnico preliminar, constata-se que, para fins de contratação de serviços de copeiragem, a solução mais adequada é a contratação por meio de Licitação na Modalidade Pregão Eletrônico.

A declaração da viabilidade da contratação expressa nesta seção apresenta a justificativa da solução escolhida, abrangendo a identificação dos benefícios a serem alcançados em termos de eficácia, eficiência, efetividade e economicidade.

É oportuno frisar que a presente contratação atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios a serem alcançados são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade, sendo os riscos envolvidos administráveis.

Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

22. RESPONSÁVEIS

Nome: Kátia da Silva Vianna Menezes
Cargo: PNS - Analista de Planejamento em Material
ID Funcional: 639972-0
Telefone: 22-27486064



Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação
 Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

E-mail: katia@uenf.br

Nome: Oscar Alfredo Paz La Torre

Cargo: Professor Associado - Secretário Geral

ID Funcional: 4252897-6

Telefone: 22-27397069

E-mail: oscar@uenf.br

Nome: Tânia Virgínia de Souza e Silva

Cargo: Assessora da Reitoria

ID Funcional: 4145120-1

Telefone: 22-27397002

E-mail: taniavs@uenf.br